

No. 42233

**Brazil
and
Spain**

Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Kingdom of Spain on cooperation concerning the prevention of the consumption and controlling of the illicit traffic in narcotic drugs and psychotropic substances (with exchange of notes of 26 March 2001). Brasília, 11 November 1999

Entry into force: *13 July 2004 by notification, in accordance with article 9*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 3 January 2006*

**Brésil
et
Espagne**

Accord entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Royaume d'Espagne relatif à la coopération en matière de prévention de la consommation et de contrôle du trafic illicite de stupéfiants et de substances psychotropes (avec échange de notes du 26 mars 2001). Brasília, 11 novembre 1999

Entrée en vigueur : *13 juillet 2004 par notification, conformément à l'article 9*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 3 janvier 2006*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

**ACORDO ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O
REINO DA ESPANHA EM MATÉRIA DE
PREVENÇÃO DO CONSUMO E CONTROLE
DO TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES
E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS**

O Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, doravante denominados Partes Contratantes,

CONSCIENTES de que a cooperação bilateral é fundamental para enfrentar os problemas derivados do uso indevido e do tráfico ilícito de drogas;

LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO as recomendações contidas na Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, assinada em Viena, em 20 de dezembro de 1988;

DESEJANDO cooperar mediante um Acordo Bilateral com o objetivo mundial de prevenir, controlar e eliminar o uso indevido e o tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas;

ACORDAM o seguinte:

ARTIGO 1º

A cooperação em matéria de prevenção do consumo e controle do tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas será implementada:

A – mediante o estabelecimento de um intercâmbio permanente de informação e documentação;

B – mediante a elaboração de projetos e programas;

C – mediante a assistência técnica e científica na realização de todos os projetos e programas.

ARTIGO 2º

As áreas nas quais se desenvolverá a cooperação em matéria de prevenção do consumo e controle do tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas serão:

A – NA ÁREA DE PREVENÇÃO:

- a) intercâmbio de propostas para o desenvolvimento de programas experimentais;
- b) seleção de programas prioritários no campo da prevenção;
- c) elaboração de programas gerais de promoção da saúde e educação para o bem-estar dos cidadãos e especialmente da juventude.

B – NA ÁREA SÓCIOSANITÁRIA

- a) descrição do papel dos diferentes serviços terapêuticos na oferta assistencial e necessidades que se derivam dos mesmos, entre as quais, serviços de desintoxicação, centros ambulatoriais e comunidades terapêuticas;
- b) tipologia de centros e serviços assistenciais;
- c) estudo e avaliação de programas experimentais para um enfoque integral da assistência a toxicômanos;
- d) elaboração de programas experimentais de desintoxicação.

C – NA ÁREA DE REINserÇÃO SOCIAL

- a) estudo e elaboração de projetos de sensibilização da comunidade com o objetivo de apoiar a reinserção dos toxicômanos.

D – NA ÁREA LEGISLATIVA

- a) estudo de projetos de leis e de outros instrumentos normativos.

E – NA ÁREA DE LUTA CONTRA O TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS

A cooperação na luta contra o tráfico ilícito de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas efetuar-se-á, no marco da segurança e no âmbito aduaneiro, dentro das competências dos respectivos órgãos responsáveis do Governo, de acordo com sua legislação interna, mediante:

- a) intercâmbio de informação, publicações e dados estatísticos referentes ao tráfico ilícito de drogas e substâncias psicotrópicas;
- b) intercâmbio periódico de informação operativa de interesse mútuo com respeito a fatos concretos, acontecimentos e pessoas, supostamente envolvidas no tráfico ilícito de drogas e substâncias psicotrópicas, bem como a lavagem de dinheiro procedente deste tráfico;
- c) intercâmbio de informação sobre meios de transporte, cargas, remessas pelo correio e outros meios, assim como sobre as rotas e técnicas utilizadas para o tráfico ilícito de drogas em trânsito pelo território de uma das Partes, com destino final a qualquer uma delas;
- d) apoio técnico mediante intercâmbio de profissionais para melhorar sua formação;
- e) disponibilização de meios materiais para melhorar as condições operacionais e a eficácia dos profissionais e técnicos.

ARTIGO 3º

Os intercâmbios de informação e demais aspectos assinalados anteriormente entre as Partes Contratantes se implementarão por meio dos órgãos do Governo responsáveis pela coordenação do combate às drogas de ambos os países, de acordo com as diretrizes emanadas da Comissão Mista a que se refere o Artigo 6.

ARTIGO 4º

As Partes Contratantes poderão negociar e concluir os ajustes complementares necessários para a aplicação do presente Acordo.

ARTIGO 5º

São Autoridades Competentes para a implementação do presente Acordo:

Pelo Governo da República Federativa do Brasil:
Ministério das Relações Exteriores e Secretaria Nacional Antidrogas;

Pelo Reino da Espanha:
Ministério de Assuntos Exteriores e Delegação do Governo para o Plano Nacional sobre Drogas.

ARTIGO 6º

Para a aplicação do presente Acordo, fica criada uma Comissão Mista integrada, paritariamente, por membros designados pelas Autoridades Competentes dos dois países.

Integrarão a Comissão Mista pela parte brasileira representantes da Secretaria Nacional Antidrogas e do Ministério das Relações Exteriores e pela parte espanhola representantes da Delegação do Governo para o Plano Nacional sobre Drogas e do Ministério de Assuntos Exteriores.

ARTIGO 7º

A Comissão Mista terá as seguintes funções:

- a) Servir de comunicação entre as Autoridades Competentes de ambos os países no âmbito da aplicação do presente Acordo;
- b) Propor às Autoridades Competentes de ambos os países as condições de cooperação na matéria a que se refere o Artigo Segundo do presente Acordo;
- c) Propor às Autoridades Competentes os projetos e programas administrativos necessários à implementação do presente Acordo;
- d) Dar seguimento à aplicação dos programas e intercâmbios previstos no presente Acordo.

ARTIGO 8º

- a) A Comissão Mista poderá constituir grupos de trabalho em seu âmbito e solicitar a colaboração de qualquer outro órgão de Governo suscetível de contribuir para seus trabalhos, a partir da proposta de uma das Partes Contratantes;
- b) Independentemente das reuniões dos grupos de trabalho, a Comissão Mista se reunirá dois meses após a solicitação de uma das Partes Contratantes, salvo em casos extraordinários que aconselhem sua imediata convocação para análise dos trabalhos em curso, definição de orientações e avaliação dos resultados obtidos nos diversos campos de atuação.

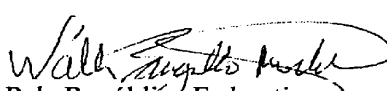
ARTIGO 9º

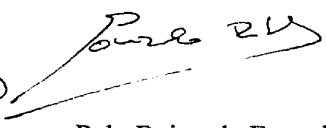
O presente Acordo entrará em vigor na data de última das notas diplomáticas, mediante as quais as Partes Contratantes se notifiquem reciprocamente o cumprimento de seus procedimentos para sua entrada em vigor.

O presente Acordo permanecerá em vigor indefinidamente, salvo denúncia de uma das Partes, a qual será comunicada por via diplomática à outra Parte com uma antecedência de seis meses.

O presente Acordo poderá ser modificado de comum Acordo entre as Partes. As modificações entrarão em vigor conforme estabelecido no parágrafo 1.

Feito em Madri, em 11 de novembro de 1999, em dois exemplares, nas línguas portuguesa e espanhola, sendo ambos os textos igualmente válidos.


Pela República Federativa
do Brasil


Pelo Reino da Espanha
(A.R.)
Gonzalo Robles Orozco
Delegado de Governo

Walter Fanganiello Maierovich
Secretário Nacional Antidrogas

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

**ACUERDO ENTRE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DE BRASIL Y EL
REINO DE ESPAÑA SOBRE COOPERACIÓN EN MATERIA DE
PREVENCIÓN DEL CONSUMO Y CONTROL DEL TRAFICO ILÍCITO
DE ESTUPEFACIENTES Y SUSTANCIAS PSICOTRÓPICAS**

La República Federativa de Brasil y el Reino de España, en adelante denominadas las Partes Contratantes.

Conscientes de que la cooperación bilateral resulta fundamental para hacer frente a los problemas derivados del uso indebido y el tráfico ilícito de drogas.

Teniendo en cuenta las recomendaciones contenidas en la Convención de las Naciones Unidas contra el Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Sustancias Psicotrópicas, hecha en Viena el 20 de Diciembre de 1.988.

Deseando cooperar mediante un Acuerdo Bilateral al objetivo mundial de la prevención, control y eliminación del uso indebido y el tráfico ilícito de estupefacientes y sustancias psicotrópicas.

ACUERDAN LO SIGUIENTE:

Artículo 1º.-

La cooperación en materia de prevención del consumo y control del tráfico ilícito de estupefacientes y sustancias psicotrópicas se llevará a cabo:

- a) Mediante el establecimiento de un intercambio permanente de información y documentación.
- b) Mediante la elaboración de proyectos y programas.
- c) Mediante la asistencia técnica y científica en la realización de todos los proyectos y programas.

Artículo 2º.-

Las materias en las que se desarrollará la cooperación en materia de prevención del consumo y control del tráfico ilícito de estupefacientes y sustancias psicotrópicas serán:

A) En materia de prevención:

- a) Intercambio de propuestas para el desarrollo de programas experimentales.
- b) Selección de programas prioritarios en el campo de la prevención.
- c) Elaboración de programas generales de promoción de la salud y educación para el bienestar de los ciudadanos y especialmente de la juventud.

B) En materia socio-sanitaria:

- a) Diseño del papel de los distintos servicios terapéuticos en la oferta asistencial y necesidades que se derivan de los mismos, entre otros, servicios de desintoxicación, centros ambulatorios, centros de día y comunidades terapéuticas.
- b) Tipología de centros y servicios asistenciales.
- c) Estudio y evaluación de programas experimentales para un enfoque integral de la atención a toxicómanos.
- d) Elaboración de programas experimentales de deshabituación.

C) En materia de reinserción social.

- a) Estudio y elaboración de proyectos de sensibilización de la comunidad con el objeto de apoyar la reinserción de los toxicómanos.

D) En materia legislativa.

- a) Estudio de proyectos de leyes y de otros instrumentos normativos.

E) En materia de lucha contra el tráfico ilícito de drogas.

La cooperación en la lucha contra el tráfico ilícito de estupefacientes y de sustancias psicotrópicas se efectuará, en el marco de la seguridad y en el ámbito aduanero, dentro de las competencias de las respectivas Administraciones de acuerdo con su legislación interna mediante:

- a) El intercambio de información, publicaciones y datos estadísticos respecto al tráfico ilícito de drogas y sustancias psicotrópicas.
- b) El intercambio periódico de información operativa de interés mutuo, respecto a hechos concretos, acontecimientos y personas, presuntamente involucradas en el tráfico ilícito de drogas y sustancias psicotrópicas, así como del blanqueo de capitales procedentes de dicho tráfico.
- c) El intercambio de información sobre los medios de transporte, cargas, envío por correo y otros medios, y sobre las rutas y técnicas utilizadas para el tráfico ilícito de drogas en tránsito a través del territorio de una de las Partes, con destino final a cualquiera de ellas.
- d) El apoyo técnico mediante el intercambio de profesionales para mejorar su formación.
- e) La facilitación de medios materiales para mejorar la operatividad y la eficacia de los profesionales y técnicos.

Artículo 3º.-

Los intercambios de información y demás aspectos antes señalados entre las Partes Contratantes se hará a través de los órganos administrativos responsables de la coordinación del combate a las drogas de ambos países, bajo las directrices de la Comisión Mixta a que se refiere el artículo 6.

Artículo 4º.-

Las partes contratantes podrán negociar y concluir los acuerdos administrativos y normas de desarrollo necesarias para la aplicación del presente Acuerdo.

Artículo 5º.-

Son Autoridades competentes para la aplicación del presente Acuerdo:

Por el Gobierno de la República Federativa de Brasil: Ministerio de Relaciones Exteriores y Secretaría Nacional Antidrogas.

Por el Reino de España: Ministerio de Asuntos Exteriores y Delegación del Gobierno para el Plan Nacional Sobre Drogas.

Artículo 6º.-

Para la aplicación del presente Acuerdo se crea una Comisión Mixta integrada paritariamente por miembros designados por las autoridades competentes de los dos países.

Formarán parte de la Comisión Mixta por parte brasileña, representantes de la Secretaría Nacional Antidroga y el Ministerio de Relaciones Exteriores de Brasil, y por parte española, representantes de la Delegación del Gobierno para el Plan Nacional sobre Drogas y el Ministerio de Asuntos Exteriores de España.

Artículo 7º.-

La Comisión Mixta tendrá las siguientes funciones:

- a) Servir de comunicación entre las autoridades competentes de ambos países en el ámbito de aplicación del presente Acuerdo.
- b) Proponer a las autoridades competentes de ambos países las condiciones de cooperación en la materia a que se refiere el artículo 2º del presente Acuerdo.
- c) Proponer a las autoridades competentes los proyectos y programas administrativos necesarios para la implementación del presente Acuerdo.
- d) Realizar el seguimiento en la aplicación de los programas e intercambios previstos en el presente Acuerdo.

Artículo 8º.-

- a) La Comisión Mixta podrá constituir en su seno grupos de trabajo y podrá recabar la colaboración de cualquier otro Departamento Ministerial susceptible de ayudarle en su labor, a propuesta de una de las Partes Contratantes.
- b) Independientemente de las reuniones de los grupos de trabajo, la Comisión Mixta se reunirá cuando lo solicite una de las Partes Contratantes con dos meses de antelación a la fecha prevista para la reunión, salvo en casos extraordinarios que aconsejen su inmediata convocatoria para el análisis de los trabajos en curso, definición de orientaciones y evaluación de los resultados obtenidos en los diversos campos de actuación.

Artículo 9º.-

El presente Acuerdo entrará en vigor en la fecha de la última de las notas diplomáticas mediante las cuales las Partes Contratantes se notifiquen recíprocamente el cumplimiento de sus procedimientos para la entrada en vigor del mismo.

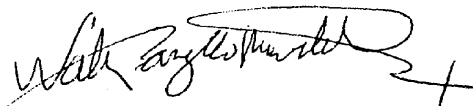
El presente Acuerdo permanecerá en vigor indefinidamente salvo denuncia de una de las partes, la cual será comunicada por vía diplomática a la otra parte con una antelación de seis meses.

El presente Acuerdo podrá ser modificado de común acuerdo entre las partes. Las modificaciones entrarán en vigor conforme a lo establecido en el párrafo 1 del presente artículo.

Hecho en Madrid, a 11 de noviembre de 1.999, en dos ejemplares, en las lenguas portuguesa y española, siendo ambos textos igualmente auténticos,

Por la República Federativa de Brasil

Por el Reino de España
(Ad referéndum)



Walter Fanganiello Maierovitch

Secretario Nacional Antidrogas



Gonzalo Robles Orozco

Delegado del Gobierno
para el Plan Nacional sobre Drogas

[TRANSLATION - TRADUCTION]

AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE KINGDOM OF SPAIN ON COOPERATION CONCERNING THE PREVENTION OF THE CONSUMPTION AND CONTROLLING OF THE ILLICIT TRAFFIC IN NARCOTIC DRUGS AND PSYCHOTROPIC SUBSTANCES

The Federative Republic of Brazil and the Kingdom of Spain, hereinafter referred to as the "Contracting Parties",

Aware that bilateral cooperation is essential when contending with the problems stemming from the abuse of and illicit traffic in drugs,

Taking account of the recommendations contained in the United Nations Convention against Illicit Traffic in Narcotic Drugs and Psychotropic Substances, adopted in Vienna on 20 December 1988,

Desiring to cooperate by means of a bilateral agreement in the achievement of the worldwide goal of preventing, controlling and eliminating the abuse of and illicit trafficking in narcotic drugs and psychotropic substances,

Have agreed as follows:

Article 1

Cooperation concerning the prevention of the consumption of and controlling the illicit traffic in narcotic drugs and psychotropic substances shall be implemented through:

- (a) The establishment of a continuous exchange of information and documentation,
- (b) The devising of projects and programmes,
- (c) Technical and scientific assistance with the implementation of all such projects and programmes.

Article 2

Cooperation concerning the prevention of the consumption of and controlling the illicit traffic in narcotic drugs and psychotropic substances shall be developed in the following areas:

- (A) Prevention:
 - (a) The exchange of proposals for the devising of experimental programmes;
 - (b) The selection of priority programmes in the area of prevention;
 - (c) The devising of general programmes to promote health and education for the well-being of citizens, in particular young people.
- (B) Public-health matters:

(a) The definition of the role of the various therapeutic units in offering care and of their needs, including detoxification units, outpatient clinics, day centres and therapeutic communities;

(b) The classification of centres and units providing care;

(c) The study and evaluation of experimental programmes with a view to arriving at a holistic approach to the care of drug addicts;

(d) The devising of experimental detoxification programmes.

(C) Reintegration into society:

(a) The study and devising of projects to increase awareness in the community with a view to supporting the reintegration of drug addicts.

(D) Legislation:

(a) The study of draft legislation and other regulatory instruments.

(E) Efforts to combat illicit drug trafficking:

Cooperation in measures to stem the illicit traffic of narcotic drugs and psychotropic substances shall be undertaken, in the area of security and customs, by the respective competent authorities, in accordance with their domestic legislation through:

(a) The exchange of information, publications and statistics relating to the illicit traffic in drugs and psychotropic substances;

(b) The regular exchange of operational information of mutual interest relating to material facts, events and persons suspected of being involved in the illicit traffic in drugs and psychotropic substances and to the laundering of funds derived from such trafficking;

(c) The exchange of information regarding means of transport, cargoes, shipments by mail and other means and regarding the routes and techniques used for the illicit traffic in drugs passing in transit through the territory of one of the Parties to a final destination in the other;

(d) Technical support through the exchange of professional personnel to improve their training;

(e) The provision of material resources to improve the functioning and effectiveness of professional and technical personnel.

Article 3

Exchanges of information and other activities mentioned above between the Contracting Parties shall be effected through the administrative organs responsible for coordinating the fight against drugs in both countries, under the direction of the Joint Commission referred to in article 6.

Article 4

The Contracting Parties may negotiate and conclude such administrative agreements and policy rules as are necessary for the implementation of this Agreement.

Article 5

The authorities competent for the application of this Agreement shall be:

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

the Ministry of Foreign Affairs and the National Department for Combating Drugs.

For the Kingdom of Spain:

the Ministry of Foreign Affairs and the Government Office for the National Drug Plan.

Article 6

For the implementation of this Agreement, a Joint Commission shall be established consisting of an equal number of members appointed by the competent authorities of each country.

The Joint Commission shall be composed, on the Brazilian side, by representatives of the National Department for Combating Drugs and the Brazilian Ministry of Foreign Affairs and, on the Spanish side, by representatives of the Government Office for the National Drug Plan and the Spanish Ministry of Foreign Affairs.

Article 7

The Joint Commission shall have the following functions:

(a) To serve as a channel of communication between the two countries' authorities which are competent for the implementation of this Agreement;

(b) To propose to both countries' competent authorities conditions for cooperation in the matters referred to in article 2 of this Agreement;

(c) To propose to the competent authorities the requisite administrative projects and programmes for the implementation of this Agreement;

(d) To monitor the application of the programmes and exchanges provided for in this Agreement.

Article 8

(a) The Joint Commission may establish its own working groups and may seek the collaboration of any other ministerial department which might be able to assist it in its work, if one of the Contracting Parties so proposes.

(b) Apart from the meetings of the working groups, the Joint Commission shall meet whenever one of the Contracting Parties so requests, giving two months' notice prior to the scheduled date of the meeting, except in extraordinary circumstances making its immediate convening advisable for the purposes of analysing work in progress, defining guidelines and evaluating the results obtained in various fields of activity.

Article 9

This Agreement shall enter into force on the date of the last diplomatic notes by which the Contracting Parties shall notify each other that they have completed the procedures for the entry into force of the Agreement.

This Agreement shall remain in force indefinitely unless it is denounced by one of the Parties, which shall notify the other Party of the denunciation, through the diplomatic channel, with six months' notice.

This Agreement may be modified by common agreement between the Parties. The modifications shall enter into force in accordance with the provisions of paragraph 1 of this article.

Done in Madrid, on 11 November 1999, in duplicate, in the Portuguese and Spanish-languages, both texts being equally authentic.

For the Federative Republic of Brazil:
WALTER FANGANIELLO MAIEROVITCH
Minister of State for Combating Drugs

For the Kingdom of Spain:
(Ad referendum)
GONZALO ROBLES OROZCO
Government Representative for the National Drug Plan

[TRANSLATION - TRADUCTION]

ACCORD ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DU ROYAUME D'ESPAGNE RELATIF À LA COOPÉRATION EN MATIÈRE DE PRÉVENTION DE LA CONSOMMATION ET DE CONTRÔLE DU TRAFIC ILLICITE DE STUPÉFIANTS ET DE SUBSTANCES PSYCHOTROPES

La République fédérative du Brésil et le Royaume d'Espagne, ci-après dénommées "les Parties contractantes",

Conscients qu'une coopération bilatérale est essentielle pour faire face aux problèmes résultant de l'abus et du trafic illicite des drogues,

Tenant compte des recommandations figurant dans la Convention des Nations-Unis contre le trafic illicite de stupéfiants et de substances psychotropes, adopté à Vienne le 20 décembre 1988,

Désireux de coopérer au moyen d'un accord bilatéral à la réalisation de l'objectif mondial que constitue la prévention, le contrôle et l'élimination de l'abus et du trafic illicite de stupéfiants et de substances psychotropes,

Sont convenus de ce qui suit :

Article premier

La coopération en matière de prévention de la consommation et de contrôle du trafic illicite de stupéfiants et de substances psychotropes, est mise en oeuvre par les moyens suivants :

- a) l'instauration d'échanges constants de renseignements et de documentation,
- b) l'élaboration de projets et de programmes,
- c) une assistance technique et scientifique à la réalisation desdits projets et programmes;

Article 2

La coopération en matière de prévention de la consommation et de contrôle du trafic illicite de stupéfiants et de substances psychotropes s'exerce comme suit :

- A) Dans les domaines de la prévention :
 - a) échange de propositions pour la mise au point de programmes expérimentaux;
 - b) choix de programmes prioritaires dans le domaine de la prévention;
 - c) élaboration de programmes généraux de promotion de la santé et d'éducation pour le bien-être de la population et notamment de la jeunesse.
- B) Dans le domaine socio-sanitaire :

a) définition du rôle des divers services thérapeutiques dans les prestations d'assistance et des besoins qui en découlent (services de désintoxication, centres ambulatoires, centres d'accueil de jour, communautés thérapeutiques, etc.);

b) classification des centres et des services fournissant des prestations d'assistance;

c) étude et évaluation des programmes expérimentaux en vue d'arriver à une approche intégrée (holistique) de la prise en charge des toxicomanes;

d) élaboration de programmes expérimentaux de désintoxication.

C) Dans le domaine de la réinsertion sociale :

a) étude et élaboration de projets de sensibilisation de l'opinion visant à accompagner la réinsertion sociale des toxicomanes.

D) Dans le domaine législatif :

a) étude de projets de lois et autres instruments réglementaires.

E) Dans le domaine de la lutte contre le trafic illicite de stupéfiants :

La coopération en matière de contrôle du trafic illicite de stupéfiants et de substances psychotropes est mise en oeuvre dans les domaines de la sécurité et des douanes par les autorités compétentes des deux pays, conformément à leur législation interne, par les moyens suivants :

a) échanges de renseignements, de publications et de statistiques relatives au trafic illicite de stupéfiants et de substances psychotropes;

b) échanges périodiques de renseignements opérationnels d'intérêt mutuel ayant trait à des faits concrets, à des événements et aux personnes soupçonnées d'être impliquées dans le trafic illicite de drogues et de substances psychotropes et dans le blanchiment de fonds provenant dudit trafic;

c) échanges de renseignements relatifs aux moyens de transport, cargaisons, envois postaux et autres moyens, ainsi qu'aux itinéraires et techniques utilisés pour le trafic illicite de drogues transitant par le territoire d'une des Parties jusqu'à leur destination finale sur le territoire de l'autre;

d) appui technique par des échanges de personnel professionnel en vue d'améliorer leur formation;

e) fourniture de moyens matériels pour améliorer le fonctionnement et l'efficacité des personnels professionnels et techniques.

Article 3

Les échanges de renseignements et autres activités susmentionnées entre les Parties contractantes s'effectuent par l'intermédiaire des organes administratifs chargés de coordonner la lutte contre les drogues dans les deux pays, sous la direction de la Commission mixte visée à l'article 6.

Article 4

Les Parties contractantes peuvent négocier et conclure les accords administratifs et les règles d'application nécessaires à la mise en oeuvre du présent Accord.

Article 5

Les autorités compétentes en matière d'application du présent Accord sont :

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil : Le Ministère des affaires étrangères et le Secrétariat national de lutte contre la drogue.

Pour le Royaume d'Espagne : Le Ministère des affaires étrangères et la Délégation du Gouvernement au Plan national sur les drogues.

Article 6

Aux fins d'application du présent Accord, il est créé une Commission mixte composée d'un nombre égal de membres nommés par les autorités compétentes de chaque pays.

La Commission mixte sera composée, du côté brésilien, par des représentants du secrétariat national de lutte contre la drogue et du Ministère brésilien des affaires étrangères et, du côté espagnol, par des représentants de la Délégation du Gouvernement au Plan national sur les drogues et du Ministère espagnol des affaires étrangères.

Article 7

La Commission mixte aura pour fonction de :

- a) servir de voie de communication entre les deux autorités des deux pays compétentes en matière d'application du présent Accord;
- b) proposer aux autorités compétentes des deux pays les conditions de la coopération sur les questions visées à l'article 2 du présent Accord;
- c) proposer aux autorités compétentes les projets et programmes administratifs nécessaires à l'application du présent Accord;
- d) assurer le suivi de l'application des programmes et échanges prévus dans le présent Accord.

Article 8

a) La Commission mixte pourra établir des groupes de travail et rechercher la collaboration de tout autre département ministériel susceptible de l'aider dans son travail, sur proposition d'une des Parties contractantes.

b) Outre les réunions des groupes de travail, la Commission mixte se réunira à la demande d'une des Parties contractantes, communiquée deux mois avant la date fixée pour la réunion, sauf dans des circonstances extraordinaires qui rendent une convocation immédia-

te souhaitable pour l'analyse des travaux en cours, la définition des orientations et l'évaluation des résultats obtenus dans les divers domaines d'activité.

Article 9

Le présent Accord entrera en vigueur à la date de la dernière des notes diplomatiques par lesquelles les Parties contractantes se communiqueront l'accomplissement des procédures requises pour son entrée en vigueur.

Le présent Accord restera en vigueur indéfiniment, à moins qu'il n'y soit mis fin par une des Parties, laquelle notifiera la dénonciation à l'autre Partie par la voie diplomatique, avec un préavis de six mois.

Le présent Accord peut être modifié par voie d'accord entre les Parties. Les modifications entreront en vigueur conformément aux dispositions du paragraphe 1 du présent article.

Fait à Madrid, le 11 novembre 1999, en deux exemplaires, en langues portugaise et espagnole, les deux textes faisant également foi.

Pour la République fédérative du Brésil :
Le Ministre d'État chargé de la lutte contre les drogues,
WALTER FANGANIELLO MAIEROVITCH

Pour le Royaume d'Espagne :
(Ad referendum)
Le Délégué du Gouvernement au Plan national sur les drogues,
GONZALO ROBLES OROZCO

[EXCHANGE OF NOTES — ÉCHANGE DE NOTES]

[Portuguese texte -- Texte portugais]

I

DA/SGAP/DE-101 /PAIN JUST BRAS ESPA

Brasília, 26 de março de 2001.

Excelentíssimo Senhor Embaixador,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para, a propósito do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Cooperação em Matéria de Prevenção do Consumo e Controle do Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, assinado em Madri, em 11 de novembro de 1999, propor a seguinte retificação do segundo parágrafo de seu Artigo 6:

Em lugar de:

“Integrarão a Comissão Mista pela parte brasileira representantes da Secretaria Nacional Antidrogas e do Ministério das Relações Exteriores e pela parte espanhola representantes da Delegação do Governo para o Plano Nacional sobre Drogas e do Ministério de Assuntos Exteriores.”

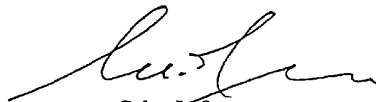
Deve-se ler:

“Integrarão a Comissão Mista, pela parte brasileira, representantes da Secretaria Nacional Antidrogas, do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça e do Ministério das Relações Exteriores e, pela parte espanhola, representantes da Delegação do Governo para o Plano Nacional sobre Drogas e do Ministério de Assuntos Exteriores.”

Sua Excelência,
Senhor César Alba y Fuster
Embaixador do Reino da Espanha

Caso o Governo do Reino da Espanha esteja de acordo, a presente Nota, juntamente com a Nota de resposta de Vossa Excelência constituirão entendimento para a retificação do texto do segundo parágrafo do Artigo 6 do Acordo, nos termos acima mencionados.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração.



Celso Lafer
Ministro de Estado das Relações Exteriores da
República Federativa do Brasil

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

II

El Embajador de España

Brasilia, 26 de marzo de 2001

Núm.: 375 / Ref.: 19-2

Excelentísimo Señor Ministro:

Tengo la honra de acusar recibo de la Nota de V.E., de esta fecha, cuyo tenor es el siguiente:

“Excelentísimo Señor Embajador,

Tengo la honra de dirigirme a Vuestra Excelencia para, a propósito del Acuerdo entre la República Federativa del Brasil y el Reino de España sobre Cooperación en Materia de Prevención del Consumo y Control del Tráfico Ilícito de Entorpecentes y Substancias Psicotrópicas, firmado en Madrid, el 11 de noviembre de 1999, proponer la siguiente rectificación del segundo párrafo de su Artículo 6:

En lugar de:

“Integrarán la Comisión Mixta por parte brasileña representantes de la Secretaría Nacional Antidrogas y del Ministerio de Relaciones Exteriores y por parte española representantes de la Delegación del Gobierno para el Plan Nacional sobre Drogas y del Ministerio de Asuntos Exteriores.”

Debe leerse:

“Integrarán la Comisión Mixta, por parte brasileña, representantes de la Secretaría Nacional Antidrogas, del Departamento de Policía Federal del Ministerio de Justicia y del Ministerio de Relaciones Exteriores y, por parte española, representantes de la Delegación del Gobierno para el Plan Nacional sobre Drogas y del Ministerio de Asuntos Exteriores.”

En el caso de que el Gobierno del Reino de España esté de acuerdo, la presente Nota, juntamente con la Nota de respuesta de Vuestra Excelencia constituirán entendimiento para la rectificación del texto del segundo párrafo del Artículo 6 del Acuerdo, en los términos arriba mencionados.

Aprovecho la oportunidad para reiterar a Vuestra Excelencia el testimonio de mi más alta consideración."

En respuesta, comunico a V.E. la concordancia del Gobierno de España con los términos de la Nota transcrita, la cual, juntamente con la presente, constituyen acuerdo para la rectificación del texto del segundo párrafo del Artículo 6, del Acuerdo, en los términos arriba mencionados.

Aprovecho la oportunidad para reiterar a V.E. el testimonio de mi más alta consideración.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized initial 'C' followed by 'A' and 'B'.

*César Alba
Embajador de España en Brasil*

*A Su Excelencia el Señor Celso Lafer
Ministro de Relaciones Exteriores de la
República Federativa del Brasil
BRASILIA, DF.*

[TRANSLATION - TRADUCTION]

I

Brasília, 26 March 2001

DAI/SGAP/DE-I/01/PAIN JUST BRAS ESPA

Sir,

I have the honour to propose the following amendment of article 6, paragraph 2, of the Agreement between the Federative Republic of Brazil and the Kingdom of Spain on cooperation concerning the prevention of the consumption of and controlling the illicit traffic in narcotic drugs and psychotropic substances, signed in Madrid, on 11 November 1999:

Instead of:

"The Joint Commission shall be composed, on the Brazilian side, by representatives of the National Department for Combating Drugs and the Brazilian Ministry of Foreign Affairs and, on the Spanish side, by representatives of the Government Office for the National Drug Plan and the Spanish Ministry of Foreign Affairs."

The paragraph should read:

"The Joint Commission shall be composed, on the Brazilian side, by representatives of the National Department for Combating Drugs, the Federal Police Department, the Ministry of Justice and the Ministry of Foreign Affairs and, on the Spanish side, by representatives of the Government Office for the National Drug Plan and the Spanish Ministry of Foreign Affairs."

If the Government of the Kingdom of Spain is in agreement, this Note and your reply expressing your Government's agreement shall constitute an amendment to the text of article 6, paragraph 2, of the Agreement as provided for above.

Accept, Sir, etc.

CELSO LAFER
Minister for Foreign Affairs of the
Federative Republic of Brazil

His Excellency
César Alba y Fuster
Ambassador of the Kingdom of Spain

II
THE AMBASSADOR OF SPAIN

Brasília, 26 March 2001

No. 375/Ref. 19.2

Sir,

I acknowledge receipt of your Note of this same date, which reads as follows:

[See note I]

I communicate hereby to your Excellency the Spanish Government's agreement to the terms of the Note transcribed above which, together with this Note, shall constitute an agreement to amend the text of article 6, paragraph 2, of the Agreement, in the aforementioned terms.

Accept, Sir, etc.

CÉSAR ALBA
Spanish Ambassador to Brazil

His Excellency
Celso Lafer
Minister for Foreign Affairs
of the Federative Republic of Brazil
Brasília, DF.

[TRANSLATION - TRADUCTION]

I

Brasília, le 26 mars 2001

DAI/SGAP/DE-I/01/PAIN JUST BRAS ESPA

Monsieur l'Ambassadeur,

J'ai l'honneur de proposer l'amendement suivant à l'article 6, paragraphe 2, de l'Accord entre la République fédérative du Brésil et le Royaume d'Espagne relatif à la coopération en matière de prévention de la consommation et de contrôle du trafic illicite de stupéfiants et de substances psychotropes, signé à Madrid le 11 novembre 1999 :

Remplacer le texte qui suit :

"La Commission mixte sera composée, du côté brésilien, par des représentants du Secrétariat national de lutte contre la drogue et du Ministère brésilien des affaires étrangères et, du côté espagnol, par des représentants de la Délégation du Gouvernement au Plan national sur les drogues et du Ministère espagnol des affaires étrangères."

par le libellé suivant :

"La Commission mixte sera composée, du côté brésilien, par des représentants du Secrétariat national de lutte contre les drogues, du Département fédéral de la police, du Ministère de la justice et du Ministère des affaires étrangères et, du côté espagnol, par des représentants de la Délégation du Gouvernement au Plan national sur les drogues et du Ministère des affaires étrangères".

Si le Gouvernement du Royaume d'Espagne y consent, la présente note et votre réponse exprimant l'accord de votre Gouvernement constitueront un amendement au texte de l'article 6, paragraphe 2, de l'Accord comme indiqué ci-dessus.

Je vous prie d'agréer, Monsieur l'Ambassadeur, etc.

Le Ministre des affaires étrangères
de la République fédérative du Brésil,
CELSO LAFER

Son Excellence
Monsieur César Alba y Fuster
Ambassadeur du Royaume d'Espagne

II
L'AMBASSADEUR D'ESPAGNE

Brasília, le 26 mars 2001

N° 375/Ref. 19.2

Monsieur le Ministre,

J'accuse réception de votre note en date de ce jour, qui se lit comme suit :

[Voir note I]

Je vous fais part par la présente du fait que le Gouvernement espagnol est d'accord avec les termes de la note reproduite ci-dessus, laquelle avec la présente note constituera un accord portant amendement du texte de l'article 6, paragraphe 2, de l'Accord, comme indiqué ci-dessus.

Je vous prie d'agréer, Monsieur le Ministre, etc.

L'Ambassadeur d'Espagne au Brésil,
CÉSAR ALBA

Son Excellence
Monsieur Celso Lafer
Ministre des affaires étrangères
de la République fédérative du Brésil
Brasília, DF.

